

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: SONIA MARIA PEREIRA MACIEL

TÍTULO: LINGUAGEM JURÍDICA E RESPONSABILIDADE ÉTICO-SOCIAL

AUTORES: SONIA MARIA PEREIRA MACIEL, SONIA MARIA PEREIRA MACIEL, ARMANDO BIZINOTO QUEIROZ, IZABELLA BORGES DE OLIVEIRA

PALAVRA CHAVE: LINGUAGEM JURÍDICA, RESPONSABILIDADE ÉTICO-SOCIAL, PRÁTICA SOCIAL INCLUSIVA

RESUMO

A partir do século XX, a relação linguagem e sociedade, ou língua, cultura e sociedade, tornou-se obrigatória para vários estudiosos que deixaram de lado aspectos privilegiadamente estruturalistas, para uma abordagem social dos estudos linguísticos. Dentre esses estudiosos, pode-se destacar Bakhtin (1990) que enfatizou, de forma sensível, a relação entre linguagem e o contexto social nos processos de comunicação. Desta forma, a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, mas pelo fenômeno social da interação verbal realizada por meio da enunciação, o que se constitui na realidade fundamental da língua. No ano 1964, o termo sociolinguística oficializou-se como uma área da Linguística (Mussalin e Bentes, 2003), tornando-se campo obrigatório para abordagens que se voltem para a relação linguagem-sociedade. Existem, na Sociolinguística, várias abordagens sobre a manutenção de lugares sociais por meio da língua considerada de mais prestígio. Para Motta (2006), o trabalho com a Língua Culta Padrão, na escola, é um dos mecanismos que fortalece as diferenças sociais e promove a exclusão. Por outro lado, a filosofia do Direito, ao discutir suas atribuições e funções, aponta várias perspectivas de investigação, que, em sua maioria, entrelaçam, de forma indissolúvel, seu compromisso de atuação a questões eminentemente sociais, conforme Bittar & Almeida (2006), chamando à reorientação da função de responsabilidade ético-social que repousa nas profissões jurídicas. É nesse contexto que se propõe uma reflexão sobre a linguagem dos profissionais do Direito que, segundo correntes de pensamento do próprio meio jurídico, usam-na (intencionalmente ou não) para a manutenção do poder; o que os afasta de sua função ético-social, por assim agirem de forma excludente em relação aos que mais precisam interagir com essa linguagem. Registra-se que o próprio judiciário, também, promove a autorreflexão sobre sua linguagem. A Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB – encomendou ao IBOPE uma pesquisa de opinião pública sobre o Judiciário. Do resultado estatístico, dentre os fatores que mais se destacaram, figurou a não compreensão dos termos jurídicos pela população. Diante desta constatação, a Associação lançou a campanha Simplificação da Linguagem Jurídica, cujo público-alvo foi, particularmente, estudantes de Direito. A campanha não propunha a substituição de termos técnicos, próprios da linguagem jurídica, mas a retirada do excesso de palavras e expressões preferidas por advogados e juizes, na mesma medida que desnecessárias e obscurecedoras do discurso jurídico. Ressalta-se, nesta campanha, a edição de um livro: O judiciário ao alcance de todos: noções básicas de jurídiques (AMB, 2007) que contém, dentre outras orientações, um glossário de termos acessíveis, cuja finalidade é orientar para uma prática social inclusiva, com o mesmo sentido das expressões rebuscadas, muito utilizadas por profissionais do Direito. Considerando-se a iniciativa da AMB, e tendo em vista, ainda, que a linguagem é uma variante de inclusão ou de exclusão social, dependendo de sua adequação ou não ao contexto em que é emitida e do uso que dela se faz, torna-se relevante a verificação de como está sendo praticada a linguagem pelos profissionais e futuros profissionais do Direito. O Curso de Direito da UEMG, Unidade de Ituiutaba, instalado em 1996, formou centenas de profissionais que atuam, e, por isso, influem na realidade sócio-político-econômica de Ituiutaba e vasta região. Diante dessas questões, e considerando, em especial, a corresponsabilidade do Curso de Direito, como agência formadora, pelo impacto ou a influência do discurso desses estudantes/profissionais em seu contexto de atuação, foi proposto um estudo da linguagem utilizada em peças de processos jurídicos de estagiários do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ – da Unidade, no período de 2006 a 2010, com o objetivo de verificar, pelo reflexo da linguagem, a ideologia de uma prática profissional, com vistas a contribuir para o desenvolvimento da responsabilidade ético-social na formação do profissional do Direito, por meio de uma política de linguagem socialmente incluyente. A proposta justificou-se pela relevância do discurso jurídico, visto que a prática do profissional do Direito revelar-se-á inclusiva ou excludente, segundo os princípios da clareza, da objetividade e da simplicidade que devem nortear a construção de seu discurso. Esta relevância evidenciou-se, também, pelo fato de os usuários dos serviços do NPJ serem cidadãos em situação econômica desfavorável; o que pressupõe baixa escolaridade e, conseqüentemente, mais dificuldade de acesso ao discurso jurídico. O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Os documentos constituíram-se de peças de processos jurídicos do acervo do NPJ, devido a sua relevância como um laboratório capaz de propiciar a articulação do ensino com a pesquisa e vice-versa, a partir da disciplina Português Aplicado ao Discurso Jurídico. Delimitou-se o período pesquisado, 2006 a 2010, por ser subsequente ao ano do lançamento da campanha da AMB, já referida. Foram analisadas 61 peças jurídicas: 11 peças de 2006; 12 de 2007; 16 de 2008; 10 de 2009; 12 de 2010. A análise foi processada, objetivando estabelecer um parâmetro entre a linguagem técnica necessária e o formalismo esteticamente excessivo. Assim, nesta proposta, pretende-se discutir, a partir do corpus analisado, os resultados finais sobre as questões relativas à responsabilidade ético-social do operador do direito, no que concerne à linguagem utilizada.